

Gilcimar Costa Barbosa<sup>1</sup>  
Carlos Alberto Santos Costa<sup>2</sup>

## **Resenha**

**ARAUJO, ASTOLFO GOMES DE MELLO. POR  
UMA ARQUEOLOGIA CÉTICA – ONTOLOGIA,  
EPISTEMOLOGIA, TEORIA E PRÁTICA DA  
MAIS INTERDISCIPLINAR DAS DISCIPLINAS.  
CURITIBA: APPRIS EDITORA, 2019, 381P.**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

O provérbio latino “*Altissima quaeque flumina mínimo sono labi*” (Quanto mais profundos os rios, menos ruidosa a correnteza) pode ser compreendido como o ponto de partida da obra “Por uma Arqueologia cética – ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas”, de Astolfo Gomes de Mello Araujo. Tal expressão anuncia a qual problemática a obra está endereçada: a existência de um descolamento entre discurso e prática na Arqueologia. O provérbio alude a constatação de uma forte normatização do ponto de vista técnico na prática arqueológica, porém, um silêncio em termos de classificação, aliado a um debate mais ruidoso que profundo no campo teórico. Para analisar essa realidade, sugere que a ontologia esteja envolvida no pensamento arqueológico e nas suas relações com a epistemologia, teoria, métodos e técnicas.

O desafio ontológico anunciado por Araujo aproxima a sua produção dos clássicos que se propuseram a fazer uma síntese reflexiva das diferentes orientações teóricas da Arqueologia, tais como: “*L’Archéologie demain*” de Alain Gallay (1986)<sup>1</sup>; “*Interpretación en Arqueología: corrientes actuales*” de Ian Hodder (1988); “*História do pensamento arqueológico*” de Bruce Graham Trigger (2004)<sup>2</sup>; “*El proceso de investigación en Arqueología*” de Luis Felipe Bate (1998); “*Arqueológicas, la razón perdida: la construcción de la inteligencia arqueológica*” de Felipe Criado Boado (2012); “*Arqueología: teorías, métodos y práctica*” de Colin Renfrew e Paul Bahn (1993); “*Uma breve história da Arqueologia*” de Brian Murray Fagan (2019)<sup>3</sup>; dentre outros. Trata-se, de fato, de um trabalho de fôlego que, comparado às obras análogas, emerge com potencial de se tornar um clássico no campo da literatura que aborda as sínteses mais sérias sobre teoria arqueológica.

O livro está dividido em cinco capítulos. O primeiro, “Ontologia, epistemologia e ciência”, apresenta aos leitores os postulados que regem o “bom fazer” científico. Conecta a Arqueologia à ontologia materialista para enfatizar a sua incompatibilidade com construções mentais não lastreadas em algo material. Nesse contexto, esse pensamento pode ser resumido quando os conceitos são entendidos como objeto de estudo, ao invés de ferramentas adequadas para lidar com o mundo material. Aqui, enxergamos relação com as críticas as teorias modernas das Arqueologias pós-processualistas, as quais, por vezes, dispensam os artefatos em contexto arqueológico (a unidade básica de investigação arqueológica) quando realizam interpretações. O autor confronta as diferentes noções de realismo (ingênuo e crítico), anti-realismo e seus modelos de mundo. Nesse ínterim, Araujo questiona a noção de progresso unilinear com expansão indefinida, para o qual múltiplas sociedades deveriam se encaminhar para alcançar uma melhor “qualidade de vida”, ideal fortemente apoiado pelas noções do darwinismo cultural e social. A esse respeito, esclarece que para cada “melhora” pode haver uma “piora”, inclusive no campo científico. Ampara esse argumento apresentando uma

<sup>1</sup> Versão brasileira intitulada “A Arqueologia do amanhã”, traduzida por Emílio Fogaça, não publicada.

<sup>2</sup> Versão brasileira, traduzida por Ordep Trindade Serra, da primeira edição do livro “*A History of archaeological thought*” (Cambridge: Cambridge University Press, 1989, 500p).

<sup>3</sup> Versão brasileira, traduzida por Janaína Marcoantonio, da primeira edição do livro “*A little history of Archaeology*” (New Haven: Yale University Press, 2019, 288p).

extensa lista de boas ideias e inovações tecnológicas que trouxeram numerosos problemas epistemológicos para a ciência.

Mais à frente, pontua quais são os principais “sistemas de conhecimento humano”. Dentre eles, cita áreas como a Matemática e a Lógica, que pautam sua abordagem pelo pensamento racional. De forma oposta, a religião associa ideias e conceitos abstratos não verificáveis no mundo material. Também trata da relação entre áreas da ciência – cujo comportamento é regido por leis gerais, as hipóteses podem ser testadas e existe possibilidade da criação de modelos preditivos – e áreas nas quais as características “científicas” não se manifestam. Para todos os efeitos, a manutenção de uma suposta superioridade epistemológica das ciências experimentais em relação as ciências históricas hoje se mostra superada, haja vista os diferentes modelos de ciência serem indispensáveis para lidarmos com a complexidade do Universo.

No capítulo 2, “Delimitação do campo: Arqueologia”, após listar quase duas dezenas de definições de Arqueologia, propostas por teóricos diferentes, o autor adverte sobre a existência de equívocos conceituais, já que alguns conceitos se assemelham a descrições, a manifestação de fé, a mescla entre objeto de estudo e objetivo ou, ainda, fazem menção aos métodos de estudo. Araujo ressalta a superação do paradigma do tempo, quando a Arqueologia se proporia a estudar as sociedades do passado. Isso porque, o olhar arqueológico ao se auto-impor barreiras cronológicas, abriria mão da liberdade epistemológica para estudar o comportamento das sociedades humanas independente do tempo em que elas existiram, inclusive na contemporaneidade. Abre-se uma reflexão sobre o quão sutil pode ser a distinção entre as ideias da materialidade e da imaterialidade, pois a compreensão sobre algo ser ou não imaterial resulta do quão efêmero são os efeitos desse comportamento (a emissão de um som, em oposição a um instrumento lítico etc.). A utilização recorrente dos termos “artefato”, “comportamento” e “cultura” associado aos conceitos de Arqueologia não os torna objetos de estudo da disciplina, senão “ferramentas” conceituais que permitem vislumbrar fortemente marcada pela utilização desses conceitos, para a partir de contextos com interferência cultural, fazer inferências sobre o comportamento humano, quiçá de outras espécies, tais como os chimpanzés.

“Arqueologia, Ciências Humanas e Ciências” dá nome ao capítulo 3, dedicado, à priori, a percorrer a trajetória de distanciamentos e aproximações entre a Arqueologia, a Histórica (preocupação com a ordenação do tempo) e a Antropologia, bem como às diferentes disciplinas das Humanidades, influenciando-se mutuamente há muito tempo. Por força da Antropologia, prolongou-se no pensamento arqueológico, por décadas, uma falsa dicotomia entre ciência e história, base de pensamento capaz de fazer prosperar o seguinte pensamento: se algo fosse visto como científico, não poderia ser histórico, e o contrário também seria verdadeiro. Araujo justifica a existência de uma estreita relação entre História, Arqueologia e Antropologia ao fato dessa tríade operar dentro de uma mesma ontologia progressivista, que leva em consideração o pensamento de estágios

de desenvolvimento e progresso da Humanidade. Entretanto, ironicamente, percebe-se que a teoria antropológica sempre evocada por arqueólogos, sobretudo de tradição norte-americana, na maioria das vezes se limitou a ser figura retórica, um “mito”, não demonstrando aplicabilidade prática. Astolfo Araujo classifica essa relação como contraditória e reputa a inadequação da Antropologia como base teórica da Arqueologia, ao fato dos primeiros não manipularem “coisas observáveis” na atualidade, para inferir atividades no passado, mas sim conceitos tais como “sociedade” e “padrões de assentamento”. No mais, os Estados Unidos são apresentados associados ao “colonialismo acadêmico”, de onde advém o aforisma “Arqueologia é Antropologia”. Ignoram que a Arqueologia nas outras partes do mundo é praticada de maneira independente da Antropologia.

Para sustentar o argumento, o autor se ampara em Robert Chester Dunning e aponta que o erro da Arqueologia estaria em dar ênfase aquilo que é pouco caracterizador de procedimento científico, o uso das técnicas para mostrar-se científica, negligenciando a teoria como fornecedora dos meios de observação e unidades de classificação, entrelaçada por métodos e técnicas formando uma cadeia retroalimentadora, por onde é possível comparar expectativa teórica e observação empírica numa relação perene de uso do raciocínio, tanto indutivo quanto dedutivo.

Ainda na década de 1960, em contexto processualista, chega-se à conclusão de que a Arqueologia deveria ser científica e o modelo escolhido a ser seguido foi o Empirismo Lógico (nomológico-dedutivo), com testes de hipóteses e busca por leis gerais. Nesse contexto, David Clarke, diferenciando-se da proposta de Binford, propõe uma abordagem a partir das Teorias do Sistema. A busca por respostas e a insatisfação com os rumos da Arqueologia conduz a disciplina a uma postura anti-científica, no esteio de um movimento derivado da ideia de pós-modernidade, chamado pós-processualismo. Os pós-processualistas, imbuídos de um forte espírito humanista, buscaram enxergar nos fatos os indivíduos e as suas intenções (agência, livre arbítrio). Essa orientação constitui tarefa inócua, dada a impossibilidade de vivenciarmos os fatos e enxergarmos indivíduos, senão o resultado da interação dos coletivos nos sítios arqueológicos.

Retomando a falsa dicotomia entre ciência e história, chegamos ao entendimento sobre a existência de ciências históricas (História, Arqueologia etc.) e ahistóricas (Matemática, Física e outras), saindo da incoerente comparação entre “ciência” e “humanidades”.

O entendimento da hermenêutica (teoria da interpretação) é fundamental para sabermos como funciona a Arqueologia. Contrariando Lewis Roberts Binford, em Arqueologia se aplica o método das “múltiplas hipóteses de trabalho”, pois dada a natureza fragmentária dos dados, não nos é permitido conhecer o que aconteceu de fato no passado. As múltiplas hipóteses convergiriam em múltiplas linhas de evidência com implicação no universo empírico. Ademais, na peregrinação com vista a formulação de teorias próprias, o arqueólogo deve levar em conta, como “teoria de fundo”, não os princípios fundamentais adotados pela li-

nha teórica seguida pelo autor, mas, pelos consensos existentes na disciplina em si.

O Capítulo 4, “A Teoria em Arqueologia”, traz a discussão sobre disciplinas sincrônicas e diacrônicas. A Arqueologia é caracterizada pela sua ontologia não apenas materialista, mas também evolutiva. Por esse caminho, o tempo é fator primordial para as suas explanações sobre o fenômeno cultural. Araujo nos alerta para o problema de vislumbrarmos uma Arqueologia com epistemologia sincrônica; para ele, isto é inadequado, dada a impossibilidade de estudar uma sociedade em pleno funcionamento. Ao arqueólogo caberia entender as trajetórias trilhadas por diferentes grupos humanos extintos.

A Arqueologia, a Biologia, a Geografia e a Geologia, são apresentadas como bastante semelhantes do ponto de vista estrutural ou epistemológico, por não possuírem uma maneira única de abordar o próprio objeto de estudo. De igual modo, compartilham da ausência de um corpo teórico único e demonstram uma dependência conceitual e de informação de outras áreas do conhecimento. Especificamente para o primeiro caso, somos colocados em contato com sistemas criados por diferentes personagens, como David Clarke (Teoria Pré-deposicional e Pós-deposicional, Teoria de Registro, Teoria Analítica e Teoria Interpretativa), Lewis Binford (Teoria Geral e Teoria do Alcance Médio), Michael Schiffer (Teoria Social, Reconstrução e Metodológica). Por fim, o modelo baseado em Clark e Sullivan nos é revelado como o mais adequado para entender o registro arqueológico (Teoria Explanatória, Teoria de Formação, Teoria de Recuperação e Teoria de Classificação).

Seja por meio dos artefatos ou por meio de alterações no ambiente, interessa à Arqueologia os comportamentos visíveis no registro arqueológico. Assim sendo, a relação da Arqueologia com as Ciências da Terra é vista como indispensável para o exercício da disciplina, pois desde cedo o seu desenvolvimento dependeu de princípios da Geologia (sobreposição de camadas, associação e noções cronológicas). A Geoarqueologia, Arqueologia realizada com o auxílio das Ciências da Terra, nasce da necessidade de compreendermos primeiro as transformações sofridas pelo registro arqueológico, antes de construir dados sobre os grupos humanos extintos. O tema da classificação em Arqueologia é tratado como uma forte deficiência da área, na maioria das vezes encarada de maneira empírica, sem que o pesquisador perceba que deve haver lastro teórico como suporte. Outrossim, Araujo considera que a Arqueologia enquanto disciplina científica, deva se estruturar em dois corpos teóricos básicos, a saber: Teoria Explanatória e Teoria de Formação.

Para o último capítulo, “A Interdisciplinaridade em Arqueologia: Integrando Teoria e Prática em uma Perspectiva Pessoal”, Araujo operacionaliza os conceitos apresentados no livro, aplicando-os a estudos de caso. Desse modo, relata situações vivenciadas, nas quais percebeu incompatibilidade entre os contextos e a literatura acadêmica disponível, para que pudesse decifrar a complexa formação dos registros arqueológicos no Brasil. Discorre sobre as pesquisas em abrigos no estado de Minas Gerais, que revelaram resultados contraintuitivos, onde a forma-

ção de solo antropogênico gerado pelo acúmulo de cinza após a queima de madeira estava distante das hipóteses inicialmente levantadas. No mesmo território, foi investigado um sítio paleoindígena a céu aberto à margem de um lago, no qual ficou demonstrado que em solos tropicais não necessariamente há o predomínio de cenários caóticos, pois a integridade espacial de materiais arqueológicos relacionada a sítios muito antigos a céu aberto se mostra uma realidade. Para esses casos, a elaboração de conclusões mais ajustadas só foi de fato vislumbradas após a detecção dos problemas, a aplicação de procedimentos científicos que contemplaram o método da indução e das múltiplas hipóteses com convergência entre as variadas linhas de evidência empírica. Como as hipóteses não conseguiam explicar os fenômenos, se procedeu o retorno às fontes bibliográficas a partir do alargamento do horizonte hermenêutico e interdisciplinar da disciplina.

No Brasil Central, cronologias radiocarbônicas têm demonstrado uma diminuição de sítios datados para o período do Holoceno Médio e, a propósito das várias hipóteses – dentre as quais está a predominância do clima seco generalizado para esse recorte temporal, gerador de condições adversas para as populações de caçadores-coletores –, chega-se à conclusão, novamente recorrendo ao alargamento do horizonte hermenêutico, que possivelmente o real motivo para a baixo número de sítios datados está relacionado a incerteza climática dessa zona de estudo.

Há também a abordagem sobre “classificação” e “agrupamento”. O primeiro entendido como uma construção mental, um conjunto de ideias; o segundo diz respeito aos objetos, aos artefatos no plano real, reunidos em grupos de acordo com um critério, por exemplo, o da forma. Existe na literatura arqueológica uma certa rejeição à utilização de análises morfológicas (tipo e forma), a qual deriva de uma incompreensão do que significa “classificação” e “agrupamento”. Há no Brasil a necessidade de construção de unidades teóricas (classes) e unidades descritivas, vistas como inexistentes. A tipologia não é um sistema de classificação, mas, sim, um sistema de agrupamento.

O autor aborda também a Arqueologia Evolutiva e as discussões sobre estilo (quando a alteração não afeta a performance do artefato) e função (quando as alterações no artefato implicam em mudanças quanto a sua aptidão na interação com o ambiente), aplicado ao entendimento das linhagens culturais que se espalharam na América desde o norte ao sul desse continente. O caso das pontas de flecha da Tradição Umbu no abrigo Garivaldino, no Rio Grande do Sul, e Lapa do Santo, em Minas Gerais, são selecionados como exemplos de estudos realizados, cujos dados para a compreensão dos indicadores de permanência e descontinuidade de linhagem cultural revelaram resultados contraintuitivos surpreendentes. A Teoria da Transmissão Cultural é apresentada como um caminho para o estudo e aprofundamento desses sítios e, de modo mais amplo, para as demais regiões do Brasil e do continente americano. O autor ainda reflete sobre as diferenças entre a cultura Clovis e as tradições Umbu, Itaparica e Lagoa Santa. As três últimas indústrias não relacionadas entre si e classificadas como inovações nunca antes

registrada para um intervalo temporal tão curto, emergindo num período inferior a mil anos.

Por fim, nas conclusões, “Por uma Arqueologia cética e Anárquica”, o pesquisador considera um equívoco a aversão em evitar qualquer aproximação com as ciências, uma visão ontológica anti-realista, sobretudo dos pós-processualistas. Ainda que reconheça que a objetividade em Arqueologia seja um objetivo inalcançável, aspirá-la seria a única garantia de defesa contra a manipulação de resultados. Afinal, indaga Astolfo Araujo, qual a razão de escavar para chegar à conclusão de que qualquer interpretação é válida? Apesar dos discursos, a práxis arqueológica ao redor do mundo é vista como unificada, não existindo uma ruptura tão grande entre teoria e prática como a retórica sugere. O autor ressalta como necessária a implementação de uma ontologia anti-progressista e não-teológica. E diz mais: a Arqueologia, mais do que crítica, precisa ser cética, não alinhada a interesses quaisquer que sejam alheios à ciência. A Arqueologia é anárquica, constrói mundos diferentes demolindo certezas, mesmo que a custa de gerar desconfortos no império do senso-comum.

Ante a tudo o que foi exposto, trata-se de um trabalho sério, profundo e de muito fôlego intelectual. Em que pese uma abordagem que flerta com perspectivas cartesianas e positivistas, “Por uma Arqueologia cética – ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas” é uma obra de leitura não apenas desejável, mas necessária aos arqueólogos e à gama de profissionais ligados ao tema da pesquisa arqueológica e a gestão do patrimônio arqueológico.

## REFERÊNCIAS

BATE, Luis Felipe. **El proceso de investigación en Arqueología**. Crítica, Barcelona, 1998, 280p.

BOADO, Felipe Criado. **Arqueológicas, la razón perdida**: la construcción de la inteligencia arqueológica. Barcelona: Bellaterra, 2012, 415p.

FAGAN, Brian Murray. **Uma breve história da Arqueologia**. Tradução: Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2019, 320p.

GALLAY, Alain. **A arqueologia do amanhã**. Tradução: Emílio Fogaça. Paris: Pierre Belfont Ed., 1986, 324p.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología**: corrientes actuales. Tradução: Maria José Aubet. Barcelona: Crítica, 1988, 236p.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología**: teorías, métodos y práctica. Barcelona: Ediciones Akal, S.A., 1993, 656p.

TRIGGER, Bruce Graham. **História do pensamento arqueológico**. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2004, 477p.